

Definições políticas nacionais

As resoluções aprovadas pela direção nacional do PT na reunião de São Paulo (16 e 17/8) constituem um aprofundamento da "Resolução sobre a Situação Política Nacional", aprovada pela CDNP em 2 e 3 de julho - que ficou conhecida como Resolução de Taboão da Serra - e cujo texto é o seguinte:

"A Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores, reunida nos dias 2 e 3 de julho, no município de Taboão da Serra, vem dar conhecimento público das deliberações que orientarão sua ação política imediata.

"A crise econômico-financeira, política e institucional em que está mergulhada a Nação é de inteira responsabilidade do regime. Os que se apropriaram do poder vem arrancando do povo suas condições mínimas de sobrevivência. Submetem toda a Nação a uma férrea política de arrocho que tira dos salários seu poder aquisitivo, e marginaliza amplos setores da população com um assustado aumento do custo de vida. A situação se agrava com uma inflação desenfreada e um endividamento externo que chega a somas nunca antes alcançadas. Isto tudo permeado por uma corrupção que se alastra nos escalões governamentais, que salta à vista de todos.

"Diante dessa situação, e incapaz de dar-lhe solução, o regime generaliza e intensifica uma política repressiva que se dirige, sobretudo, contra os trabalhadores e os demais setores populares. Política repressiva que se alia à propalada abertura, a qual não tem outro objetivo senão o de institucionalizar o regime de arbítrio e perpetuar no poder os que dele se apropriaram há 16 anos.

"Como tentativas de resposta a essa crise têm surgido de vários lados propostas que vão desde soluções de força até gestos de conciliação sem qualquer respaldo social, que protelam a solução real dos problemas e conferem indevido crédito aos detentores do poder. Nenhuma dessas soluções aponta, na prática, para a participação popular.

"O Partido dos Trabalhadores, fiel a seus princípios, reafirma que só a participação efetiva e organizada dos trabalhadores e de todos os setores populares nas decisões políticas poderá assegurar-lhes a real possibilidade de solução de seus problemas. Nesse sentido, o PT considera insatisfatórias as propostas de Constituinte até agora apresentadas e repudia especialmente a de "Constituinte com Figueiredo", embora não seja contrário à discussão aprofundada e democrática do real significado para o povo de uma Constituinte.

"O Partido dos Trabalhadores considera importante, nesse momento, mobilizar e organizar os trabalhadores e todos os setores populares na luta pelas mais amplas liberdades políticas e sindicais. Essa luta compreende a revogação da Lei de Segurança Nacional e toda legislação repressiva e restritiva como a lei de imprensa, o projeto de lei contra os estrangeiros; o repúdio às cassações de mandatos sindicais ou parlamentares; o repúdio a toda e qualquer violência contra os movimentos sociais e políticos, em especial as que se abatem contra os trabalhadores da cidade e do campo.

"Igualmente, o PT conclama todos a lutarem pela defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial pelo direito de greve, direito de livre organização, liberdade e autonomia sindical.

"O Partido dos Trabalhadores também considera de importância imediata a luta por melhores condições de vida para toda a população - especialmente nas áreas de educação, saúde, transporte e moradia - e por salários condizentes com as necessidades dos trabalhadores.

"Com esta Resolução, o PT intensifica com seus militantes uma ampla mobilização em torno desses propósitos e conclama a todas as forças populares a se juntarem neste esforço.

A Comissão Diretora Nacional Provisória"

BOLETIM NACIONAL DO PT

ÓRGÃO OFICIAL DA COMISSÃO DIRETORA NACIONAL PROVISÓRIA DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES • ANO I N: 1 • SET. 80

Registrar o Partido e organizar os trabalhadores

A direção nacional do PT estabelece as campanhas prioritárias

A Campanha pela Organização dos Trabalhadores, a campanha pelo registro do PT no Tribunal Superior Eleitoral e o debate interno sobre as tarefas e lutas democráticas impostas pelo atual momento são as três ações políticas definidas como prioritárias pela direção nacional do Partido dos Trabalhadores, de acordo com resolução aprovada na reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória, nos dias 16 e 17 de agosto, em São Paulo; essas ações são consideradas como "três aspectos de um mesmo esforço conjunto".

A Campanha pela Organização dos Trabalhadores, por sua vez, é desdobrada em três níveis: liberdade política, liberdade sindical e reforma agrária.

A RESOLUÇÃO

É o seguinte o texto integral da Resolução aprovada pela Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores (PT) em sua reunião de 16 e 17 de agosto deste ano, em São Paulo:

"O PT PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES - A Comissão Diretora Nacional Provisória do PT convoca a todos os militantes e organismos do Partido para a Campanha pela Organização dos Trabalhadores decidida pela reunião de 16 e 17 de agosto realizada em São Paulo, em conjunto com representantes das Comissões Regionais Provisórias. O debate havido nesta oportunidade reafirmou a Resolução da Comissão Nacional de 2 e 3 de julho e examinou de modo amplo as questões do momento político, definindo os objetivos prioritários atuais do PT no que se refere à sua vida interna e no que se refere à sua ação junto às massas trabalhadoras e às demais organizações populares e políticas existentes no país. Da discussão resultaram três diretrizes que seguem sobre a **Campanha pela Organização dos Trabalhadores**, que devem ser comunicadas a todo o Partido e a todo o povo.

"1 - A Comissão Nacional chama todos os organismos do PT - Núcleos, Comissões Municipais e Comissões Regionais - à realização de um Debate Interno sobre o momento político atual e sobre as tarefas e as lutas democráticas que impõe. A Comissão Nacional recomenda que este Debate seja realizado de modo a tomar as questões do momento em toda a sua amplitude, desde as que se referem à Lei de Segurança Nacional e à violência que se abate sobre as



JUCA MARTINS/AGÊNCIA F 4

Ó Encontro Nacional do PT, em maio/junho, definiu o programa do Partido, que começa a ser aplicado pelas resoluções e campanhas aprovadas

organizações populares até as diferentes propostas existentes no plano político, como por exemplo a da Constituinte. Sendo o PT um partido democrático, aberto e de massas, a Comissão Nacional espera que deste debate surjam elementos para novas definições do Partido em face da conjuntura política.

"2 - Mas é importante frisar que o Partido não vive apenas de discussões internas. Ao mesmo tempo em que o Debate se realiza, os Núcleos, as Comissões Municipais e Comissões Regionais devem dar início à **Campanha pela Organização dos Trabalhadores**. Segundo o definido pela Comissão Nacional e sem prejuízo dos demais objetivos de luta definidos no Programa e no Plano de Ação, são prioritárias no momento atual as seguintes lutas:

"a- **pela liberdade política**. Essa luta se desdobra em dois aspectos principais: a luta pela liberdade partidária e a luta contra a Lei de Segurança Nacional;

"b- **pela liberdade sindical**. Essa se desdobra na luta pelo direito de greve e contra a lei 4.330, contra a estrutura sindical imposta pela CLT e contra a política salarial do Governo;

"c- **pela reforma agrária**, sob controle dos trabalhadores.

"A Comissão Nacional entende estas lutas democráticas como tare-

fas importantes para os trabalhadores, tanto em seu aspecto institucional quanto em seu aspecto social.

São questões que afetam diretamente tanto as condições de vida dos trabalhadores quanto a sua capacidade de ação sindical e política. São, por isso, questões concretas vividas pelos trabalhadores. Cabe aos núcleos, às Comissões Municipais e às Comissões Regionais ligar e adaptar estes objetivos concretos de luta às condições particulares e locais em que atuam.

"3 - Mas nem o Debate Interno nem a Campanha pela Organização dos Trabalhadores podem servir para desviar a atenção do trabalho pela obtenção do Registro do Partido nos Tribunais Eleitorais. Pelo contrário, esse trabalho assume agora também o caráter político de uma **Campanha pelo Registro do PT**. É importante que os Núcleos, Comissões Municipais e Comissões Regionais compreendam que o **Debate**, a **Campanha pela Organização dos Trabalhadores** e pelo **Registro do PT** são três aspectos de um mesmo esforço conjunto. O PT busca, assim, cumprir seu objetivo programático de contribuir para a organização política dos trabalhadores brasileiros.

Comissão Diretora Nacional Provisória. São Paulo, 16 e 17 de agosto de 1980."

Em debate, o jornal do PT

As questões relativas à imprensa partidária interessam a todos os militantes

Em todo o País, são numerosos os militantes que reclamam a existência de um jornal do Partido dos Trabalhadores. A direção nacional do Partido está plenamente consciente de que deva existir esse jornal. Todavia, há questões preliminares, que devem ser amplamente debatidas e decididas antes de se lançar um jornal nacional do PT. Esse debate não deve ser feito apenas entre os jornalistas do PT, embora entre os militantes do PT se encontrem muitos jornalistas capacitados para fazer um jornal. O PT é um partido democrático, amplo, aberto, de massas; o jornal do PT deve ser um instrumento de propaganda e de ação política do Partido. Portanto, as questões referentes ao jornal do PT interessam a todos os militantes

Para colaborar com esse debate, a CDNP do PT aprovou, em sua reunião de 16 e 17 de agosto, uma consulta-circular da Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda a todos os militantes do Partido.

A CIRCULAR

É o seguinte o texto da consulta-circular da Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda sobre "A Questão da Imprensa Partidária no PT":

"Este documento tem o objetivo de deflagrar em todos os organismos do Partido dos Trabalhadores um amplo processo de discussão interna sobre a questão da Imprensa do PT, para que a Comissão Executiva Nacional possa traçar e executar os planos mais adequados ao cumprimento de suas funções. Nesse sentido, este documento está sendo enviado para a Comissão Diretora Nacional Provisória, Comissões Diretoras Regionais Provisórias, Comissões Diretoras Municipais Provisórias, Diretórios Distritais em formação, Comissões Zonais Provisórias e Núcleos de Base.

"É necessário lembrar que a questão da Imprensa do PT está afeta à **Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda**, órgão criado na Reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória, em 2/3 de julho de 1980, e subordinada à Secretaria Geral Nacional.

"A **Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda**, já instalada e em funcionamento, exerce suas funções em cinco áreas principais de atividades: a) Assessoria de Imprensa, b) Boletim da Comissão Diretora Nacional Provisória, c) Materiais de Propaganda, d) Atividades de Propaganda, e) Imprensa Partidária.

"Embora o Boletim da CDNP constitua, em última análise, um particular aspecto da Imprensa Partidária, ele é tratado de forma distinta pela Secretaria, dadas as suas características peculiares. Por outro lado, a relevância que a questão de Imprensa Partidária assume para um partido como o Partido dos Trabalhadores, e, notadamente, nesta sua fase de construção, justifica que esse tema seja abordado diferentemente e de maneira especial.

"A expressão **Imprensa Partidária** está sendo empregada, neste documento, com um significado bastante amplo, mas preciso: ela designa toda a produção jornalística editada sob a responsabilidade do Partido dos Trabalhadores e que assume o caráter de um órgão público, periódico, regular, com funções políticas definidas, destinado à distribuição massi-

va, com o objetivo de expor, difundir, analisar e debater tanto as teses programáticas centrais do PT quanto os fatos e as idéias de interesse dos trabalhadores da cidade e do campo, dos setores populares e da sociedade brasileira: a expressão pode abranger, como se vê, jornais (diversas periodicidades), revistas e cadernos especiais, bem como outras formas de divulgação jornalística, inclusive não impressa.

"Desde logo é necessário distinguir, na Imprensa Partidária, os vários níveis de responsabilidade, correspondentes às diversas instâncias (nacional, regional, municipal, zonal e distrital) em que se classificam os órgãos de atuação e militância, de deliberação e de direção do Partido.

"A curta história do PT já mostrou que, por iniciativa de Núcleos de Base ou de Comissões Municipais ou Regionais, têm surgido vários órgãos jornalísticos - do PT ou próximos do PT - de vários tipos e formatos, e com características e periodicidades diversas. O surgimento, o desenvolvimento e a proliferação desses órgãos são altamente positivos, pois, além de indicar a vitalidade das bases partidárias, refletem uma justa e natural demanda dos militantes e simpatizantes do PT por informações e debates, e, ainda mais, têm contribuído para a difusão da existência das atividades do Partido. Nesse sentido, não é intenção da Comissão Diretora Nacional Provisória coibir ou colocar sob controle estrito essa prática, que, ao contrário, deve ser encorajada e, até, aperfeiçoada, com o envio regular a esses órgãos, pela **Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda**, de material informativo dela originado, como subsídio jornalístico.

"A existência de **órgãos locais e regionais** não elimina, contudo, a necessidade de **órgãos nacionais de responsabilidade oficial da direção nacional do PT** e é a estes que o presente documento quer especialmente referir-se.

"A **Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda** vê a necessidade de definições partidárias, amplas e democráticas, em torno de algumas questões básicas, que são, inicialmente, as seguintes:

"1. **O caráter e as funções políticas do órgão (ou de órgãos) de Imprensa do PT.** Partindo da premissa básica de que se está falando de um (ou de mais de um) **órgão oficial do Partido dos Trabalhadores, editado sob a responsabilidade direta de sua Comissão Diretora Nacional Provisória, através da Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda**, trata-se de fazer opções - ou combinar opções - entre as diversas possibilidades de linha editorial, como, por exemplo, **órgão predominantemente informativo, descritivo, expositivo ou analítico ou opinativo; órgão equilibradamente expositivo, analítico e opinativo, com ou sem ênfase em um desses aspectos; órgão principalmente voltado para os próprios militantes e simpatizantes ou para as massas em geral; órgão principalmente voltado para os trabalhadores da cidade e do campo ou para os setores populares ou para classes médias urbanas; apesar da circulação nacional, o material jornalístico divulgado deve, preferencialmente, referir-se a áreas geográficas específicas (como o eixo Rio-São Paulo, as regiões industrializadas, etc) ou a todo o país, igualmente. E, finalmente, quais devem ser as funções políticas principais: órgão de denúncia, de agitação, de doutrinação, da educação e formação política básica?**

"2. **Os vínculos entre a Imprensa do PT e a Direção Nacional do PT:** Embora editado sob a responsabilidade da Comissão Diretora Nacional Provisória, os órgãos de Imprensa do PT devem estar apoiados em um Conselho Editorial, e é necessário definir as atribuições desses Conselhos, os critérios e

as formas de sua composição, sua relação hierárquica com a Comissão Diretora Nacional Provisória e com os editores dos órgãos, etc.

"3. **Os recursos humanos e materiais:** Nenhum projeto para a Imprensa do Partido terá êxito se não for acompanhado de minucioso e realista plano de obtenção e utilização dos recursos humanos e materiais para a sua viabilização. Levando-se em conta que o PT é um partido de poucos recursos financeiros, e que os militantes e os virtuais leitores dos órgãos da Imprensa do PT igualmente não dispõem de muitos recursos, o plano orçamentário de implantação e desenvolvimento de jornais, revistas, cadernos especiais, etc, precisam prever metas factíveis e baseadas em dados da realidade objetiva.

"Esses são três dos principais problemas que se colocam na elaboração de uma proposta para a questão da Imprensa Partidária no PT. Serão bem recebidas as sugestões que os militantes do Partido, através de seus Núcleos de Base, vierem a fazer a respeito, bem como a indicação do interesse e das possibilidades reais de cooperar com a viabilização das propostas que vierem a ser aprovadas.

"Tanto sugestões quanto as indicações deverão ser enviadas para **Perseu Abramo, coordenador da Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda, do Partido dos Trabalhadores**, travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 21 CEP 01.318, telefone (011) 35.1462, São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 17 de agosto de 1980. Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda Perseu Abramo, coordenador."

Petrolândia: líder rural sequestrado

No dia 1 de outubro, o PT lançou a seguinte nota oficial: "O Sequestro de Petrolândia.

O Partido dos Trabalhadores (PT) protesta veementemente contra o sequestro de Vicente da Costa Coelho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, em Pernambuco, ocorrido hoje de manhã, executado por pessoas desconhecidas. O líder rural sequestrado notabilizou-se pela defesa dos interesses dos trabalhadores rurais da região, desalojados de suas terras pela construção de barragens da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. O PT, ao mesmo tempo em que se solidariza com o companheiro Vicente da Costa Coelho, exige a imediata apuração de mais esse atentado. Luiz Inácio da Silva, presidente Nacional do PT."

As ameaças contra os trabalhadores da região de

Petrolândia já haviam sido denunciadas anteriormente, quando o PT lançara, em 18 de agosto, assinada pelo presidente nacional do Partido, nota oficial em que dizia, entre outras coisas:

"As barragens já começaram a ser construídas. Uma área de cerca de mil quilômetros quadrados deverá ser inundada e já foi desapropriada pelo Governo Federal que, no entanto, não apontou qualquer alternativa às 120 mil pessoas que moram na região. As promessas de indenização, feitas a princípio, foram depois desmentidas pelas autoridades.

"Os moradores de Petrolândia não têm nenhuma objeção à construção das barragens ou ao desenvolvimento energético da região. No entanto, diante da negligência governamental, é a sua própria sobrevivência que está ameaçada, pois só lhes resta abandonar as terras."

Manter as eleições diretas

Na reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória (CDNP) do Partido dos Trabalhadores foi aprovada uma resolução sobre as eleições e manutenção do calendário eleitoral. A reunião foi realizada, em São Paulo, nos dias 16 e 17 de agosto. É o seguinte o texto da resolução:

"O PT reúne suas forças na defesa das eleições e da manutenção do calendário eleitoral. Particularmente nesse momento denuncia a manobra do Regime que visa adiar as eleições de 15 de novembro de 1980, pondo em dúvida a liberdade de organização partidária.

"Com relação a isso a reunião resolveu indicar a todo o partido: 1) votar contra a emenda Anísio de Souza no Congresso Nacional, e ao mesmo tempo em que pressiona o Congresso a derrotar essa emenda; 2) realizar manifestações contra o adiamento das eleições. Montar caravanas para ir a Brasília pressionar o Congresso. Recomendar a presença de membros da CDNP nas manifestações e em Brasília; 3) realizar comícios, concentrações, panfletagens, mobilizando todos os núcleos do PT; 4) somar-se com outras forças interessadas na luta em defesa das eleições; 5) continuar a luta mesmo após a votação da emenda pelo Congresso (independente do seu resultado). Realizar manifestações em todo o País no dia 15 de novembro, data das eleições. São Paulo, 16 e 17 de agosto de 1980."

EXPEDIENTE Boletim Nacional do PT

Órgão oficial da Comissão Diretora Nacional Provisória do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).

Editado pela Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda, sob a responsabilidade da Secretaria Geral Nacional, subordinada à Comissão Executiva Nacional da Comissão Diretora Nacional Provisória do PT.

Diretor responsável: JACÓ BITTAR, Secretário Geral Nacional do PT.

Editor responsável: Perseu Abramo (jornalista registrado nº 5436 ESP, matrícula sindical nº 1085). Coordenador da Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda do PT.

Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 21 - Tel. (011) 35-1462 CEP 01318 - São Paulo - SP.

Cada exemplar deve ser entregue mediante a contribuição mínima de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros); em casos excepcionais a esse mínimo podem ser acrescidas taxas adicionais correspondentes a despesas com remessa ou transporte. As contribuições recolhidas devem ser remetidas pelas Comissões Diretoras Regionais Provisórias ao endereço acima, aos cuidados de "Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda - Boletim Nacional do PT".

Composição e fotolito: Editora Letra Ltda. Tel. 212-5061 - SP

Impressão: Cia. Editora Joruês. R. Gastão da Cunha, 49 Tel. 531-8900 - SP

COMO REGISTRAR O PT

Os papéis que o TSE quer

As instruções da Secretaria de Organização para a constituição e o registro das Comissões no Tribunal Superior Eleitoral

A Secretaria Nacional de Organização, sob responsabilidade do deputado federal Antonio Carlos de Oliveira, 1º secretário da Comissão Executiva Nacional do PT, enviou a todas as Comissões Diretoras Regionais Provisórias nos Estados a Circular 03/80, com instruções sobre a documentação necessária para o registro do Partido no Tribunal Superior Eleitoral.

É a seguinte a íntegra da Circular, com os respectivos anexos, que são os modelos dos documentos exigidos pelo TSE:

“1. A Comissão Diretora Nacional Provisória (CDNP) do PT, em reunião de 16 e 17 de agosto, fixou para o dia 25 de agosto a data para serem entregues nesta Secretaria os documentos abaixo:

a) Relação das Comissões Diretoras Regionais Provisórias (CDRP) com a qualificação de cada um de seus membros, indicando os cargos e a condição de titular e suplente de cada um;

b) Xerox dos títulos de eleitor dos membros das CDRPs e dos delegados ao Encontro Nacional dos dias 31/05 e 1º/06; e

c) Declarações de concordância com o programa e estatuto do PT dos membros das CDRPs conforme modelo anexo.

“Observações - a. Alertamos os companheiros para que nas declarações constem as qualificações dos membros das CDRPs iguais às dos títulos de eleitor; e b. Caso o membro da CDRP não tenha n.º de RG conforme consta do modelo de declaração, pode ser indicado o n.º da carteira de motorista ou do trabalho. Em último caso, deve a declaração ser preenchida sem esses dados.

“2. As CDRPs devem adquirir um livro de atas, numerado, pautado, o qual deverá ter na primeira página um “termo de abertura” conforme modelo anexo, que será transcrito no meio da página e assinado pelo presidente e secretário da CDRP, ou se não tiverem sido eleitos para esses cargos, pelos membros da CDRP. Nesse livro será(ão) transcrita(s) a(s) ata(s), conforme modelo anexo, que designam os membros das Comissões Diretoras Municipais Provisórias (CDMP) e/ou Comissões Diretoras Zonais Provisórias (CDZP).

“Observação - poderá ser uma única ata indicando os Municípios e Zonas que atinjam 20 por cento do Estado ou várias atas.

“3. A CDRP deve copiar a ata de designação que consta do livro, datilograficamente, e esta cópia deve ser assinada pelo presidente e secretário da CDRP. Devem ser anexadas a essa cópia a declaração de concordância com o programa e estatuto do PT dos membros das CDMPs e CDZPs. A forma de encerrar essa cópia da ata está demonstrada no modelo anexo.

“Observação - alertamos os companheiros de que essas declarações são apenas as dos membros efetivos das CDMPs e CDZPs e podem ser apresentadas individual ou conjuntamente pelos membros efetivos.

“4. Quando estiverem completas as cópias de atas dos 20 por cento dos Municípios e Zonas do Estado, o



JUCA MARTINS/AGENCIA F 4

A direção nacional eleita no Encontro de maio/junho conseguiu ultimar as providências, já iniciadas anteriormente, para o registro do PT no TSE.

livro de atas, e as cópias datilográficas dessas atas devem ser apresentadas à Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Estado para serem conferidas.

“5. As cópias das atas já conferidas pelo TRE, as declarações dos membros das CDMPs e CDZPs devem ser encaminhadas a essa Secretaria até o dia 15/09/80.

“6. Serão anexadas a elas as atas da CDNP de designação das CDRPs, as declarações de concordância com programa e estatuto, as publicações desses dois documentos e mais o manifesto de lançamento para pedido de registro até 30/09/80.

“7. Quaisquer dúvidas deverão ser tiradas através da Comissão de Registro que está instalada na liderança do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, através do telefone 283.5799, podendo as ligações serem feitas a cobrar. Antônio Carlos de Oliveira, Primeiro Secretário do Partido dos Trabalhadores (PT), Agosto/80.”

MODELO DE ATA

“Ata da reunião da Comissão Diretora Regional Provisória do Estado..... do Partido dos Trabalhadores - PT.

“Aos.... dias do mês de de hum mil novecentos e oitenta, reuniram-se os membros da Comissão Diretora Regional Provisória do Estado..... do Partido dos Trabalhadores - PT para, nos termos da legislação vigente e conforme delegação que recebeu da Comissão Diretora Nacional Provisória, designar os membros das seguintes Comissões Diretoras Zonais Provisórias (e se for o caso das Comissões Diretoras Zonais Provisórias): Município de (nome, naturalidade, profissão, residência, n.º do título de eleitor e da Zona Eleitoral, sendo essas informações de acordo com o título de eleitor, n.º do RG ou da carteira de motorista ou n.º e série da carteira de trabalho, e cargo que ocupa na CDMP ou CDZP de cada um dos membros da comissão); Município de : (igual ao anterior); Zona Eleitoral n.º..... : (igual) e assim por diante, até completar no mínimo 20 por

cento dos Municípios e Zonas do Estado). Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata no livro próprio e assinada pelos presentes

..... de 1980. Presidente (assinatura); Secretário (assinatura); Tesoureiro (assinatura); membros (assinatura); (assinatura); (assinatura); etc.

“Observação - a. Os Membros suplentes não assinam a ata; b. Se não tiver cargos, assinar sem qualquer designação; c. Na cópia da ata que será conferida pelo TRE (item 3 da circular n.º03/80) o final da ata deve ser da seguinte forma:

“Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata no livro próprio e assinada pelos presentes: assinaturas: presidente (copiar o nome), secretário (copiar o nome), tesoureiro (copiar o nome), membros (copiar os nomes). Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio..... de..... de 1980. Presidente (assinatura), Secretário (assinatura).”

MODELO DE TERMO DE ABERTURA

Aos.... dias do mês de hum mil novecentos e oitenta, foi o presente livro, com..... folhas, numeradas, aberto para registrar as reuniões da Comissão Diretora Regional Provisória do Estado de..... do Partido dos Trabalhadores - PT. de..... de 1980. Presidente (Assinatura), Secretário (Assinatura).”

MODELO DE DECLARAÇÃO

“Eu (nome), (naturalidade), (Estado Civil), (profissão), (endereço completo), (RG n.º), (n.º Título de Eleitor) (Zona), declaro para os devidos fins que conheço o Programa e o Estatuto do Partido dos Trabalhadores e me comprometo cumpri-los integralmente. (Assinatura). Observação - a assinatura deve conferir com a assinatura do título de eleitor.”

O que cada um deve dar ao Partido

As resoluções sobre finanças

Cada filiado deve dar sua contribuição financeira mensal para a construção do Partido dos Trabalhadores. O PT é o partido dos trabalhadores, e nunca vai depender dos favores do Governo e das grandes empresas nacionais e multinacionais. Por isso, o PT depende da contribuição de cada um, para tornar-se um partido forte, poderoso, independente. Para o PT, a contribuição financeira de cada membro é tão importante quanto sua contribuição política, sua militância nos Núcleos de Base, sua atuação de acordo com o Programa e com as resoluções do Partido. A contribuição financeira, portanto, é um dever político de todos os membros do PT; no caso de absoluta impossibilidade, há exceções previstas no Estatuto do PT.

Para firmar esse princípio, e regulamentar a forma de contribuição, a Comissão Diretora Nacional Provisória do PT aprovou, na sua reunião de 16 e 17 de agosto, uma proposta apresentada pela Secretaria Nacional de Finanças, órgão da Comissão Executiva Nacional. A proposta determina que os membros do Partido que ganham de um a cinco salários mínimos devem contribuir mensalmente com um por cento do salário; os que ganham mais de cinco salários mínimos devem contribuir com dois por cento dos salários.

A resolução aprovada fixou em 10 por cento a quantia que cada Regional deve remeter mensalmente à Nacional, e deixou a cargo das Comissões Regionais a fixação das porcentagens que ficam com os Núcleos, com as Municipais e com as próprias Regionais.

A RESOLUÇÃO

É a seguinte a íntegra da resolução sobre finanças, aprovada pela CDNP em 16 e 17 de agosto:

“Quanto à contribuição do militante:

“Todo militante tem o dever de contribuir com a construção do partido também no plano das finanças, exceto nos casos previstos no artigo 79 - parágrafo 2º dos Estatutos.

“A contribuição mensal dos militantes foi fixada em 1% para os militantes que recebem de 1 a 5 salários mínimos e em 2% para aqueles que recebem acima de 5 salários mínimos.

“Observação: Esta contribuição deverá ser cobrada pelas Comissões Diretoras Regionais Provisórias (CDRP) levando-se em conta as especifica-

sórias (CDRP) levando-se em conta as especificidades regionais, situações de emergência das regiões (como por exemplo seca do Nordeste), etc.

“II) Quanto à distribuição da contribuição dos militantes aos núcleos, Comissões Diretoras Municipais Provisórias, Comissões Diretoras Regionais Provisórias e Comissão Diretora Nacional Provisória:

“O percentual destinado à CDNP será de 10% e entrará em vigor a partir de setembro de 1980;

“Os outros percentuais (que caberão aos núcleos, CDMP e CDRP) serão fixados nos Estados.

“Dada a situação de emergência em que se encontra financeiramente o partido, as CDRPs ficaram de examinar nos respectivos Estados qual a contribuição mínima que podem dar à CDNP, a título precário, até a regularização da contribuição percentual.

“III) Foram ainda relatadas uma série de experiências de arrecadação de fundos a nível dos Estados (shows, festas, vendas de material, etc). Pedem-se aos companheiros delegados das CDRPs que levem estas sugestões às bases partidárias de seus Estados, no sentido de dinamizar o trabalho das Secretarias de Finanças.

“IV) Foi ainda determinada a realização de uma campanha de emergência junto aos militantes e simpatizantes do PT, a cargo das Comissões Diretoras Regionais Provisórias. Essa campanha deverá ter início no começo de setembro.”



Wilson Souza Pinheiro, assassinado



Brasília, Acre, 27 de julho: o protesto dos sindicalistas

Regime tenta impedir a viabilização do PT

Dirigentes e militantes são agredidos, presos ou processados

O Partido dos Trabalhadores, às vésperas de entrar com o pedido do seu registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral, vem sendo duramente atacado pelo regime, que procura enquadrar na Lei de Segurança Nacional os seus dirigentes e os seus militantes, num evidente esforço para tentar dificultar a sua viabilização.

Além das agressões físicas que os seus deputados estaduais de S. Paulo, Geraldo Siqueira Filho e Sérgio dos Santos (então no PMDB) sofreram na Freguesia do Ó, por elementos identificados como vinculados a autoridades estaduais e municipais, ou que o deputado estadual pelo Rio de Janeiro, José Eudes, também sofreu por parte da PM diante do pré-

dio da UNE, o regime está indiciando em inquérito ou processando vários líderes sindicais, entre os quais dirigentes nacionais, estaduais e municipais do PT.

É o caso dos diretores (destituídos pelo Ministério do Trabalho) dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, atualmente processados pela Lei de Segurança Nacional. É, também, o caso de Lula e Jacó Bittar, respectivamente presidente e secretário-geral do PT, e de dirigentes regionais e municipais do PT no Acre, indiciados em inquérito da Polícia Federal, enquanto permanecem impunes os assassinos de Wilson Souza Pinheiro, dirigente do PT e presidente do Sindicato dos Traba-

lhadores Rurais de Brasília, AC. Também, o deputado estadual Linio de Paiva, em Goiás, sofre as ameaças da Lei de Segurança Nacional. E o deputado federal por São Paulo, João Cunha, também está em processo da Lei de Segurança Nacional, com ameaça de perder o mandato. Olívio Dutra, presidente (destituído) do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e vice-presidente nacional do PT, está sendo processado. Militantes de Americana, de Florianópolis e de outras cidades foram presos ao divulgarem atividades e atos públicos do Partido. E até agora não foram apurados o atentado à sede do PT em São Paulo, ocorrido em julho, nem as diversas invasões da casa de Manoel da Conceição, dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores.

A nota oficial do PT contra os processos

A propósito dos inquéritos e processos contra dirigentes e militantes do PT, a Comissão Executiva Nacional do Partido emitiu, no dia 11 de setembro, a seguinte nota oficial:

"Firme Contra as Ameaças. O Partido dos Trabalhadores (PT) vem protestar publicamente contra as crescentes tentativas do regime de enquadrar seus dirigentes na Lei de Segurança Nacional para dificultar seu registro no Tribunal Superior Eleitoral.

"Primeiro, o regime submete à LSN treze sindicalistas do ABC - entre os quais Lula, Osmarzinho, Djalma Bom, José Cicotti e outros dirigentes nacionais e regionais do PT - a um processo por desrespeito à lei de greve.

"Ontem, também com apoio no artigo 33 da Lei de Segurança Nacional, denuncia "por ofensa ao presidente da República" o deputado João Cunha, do PT - que se pronunciou energicamente a favor dos grevistas do ABC e responsabilizou o regime pela repressão aos trabalhadores - e, com essa denúncia, ameaça o seu mandato parlamentar.

"Hoje, o regime acaba de indiciar Luiz Inácio da Silva, Lula, presidente nacional do PT e presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, tendo indiciado anteontem Jacó Bittar, secretário-geral do PT e presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas, num processo conduzido pela Polícia Federal para apurar responsabilidades por "luta entre classes sociais pela violência", de acordo com a definição do inciso IV do artigo 36 da Lei de Segurança Nacional. Esse processo refere-se a conflitos de terra no Acre, dos quais resultou o assassinato do líder camponês Wilson Souza Pinheiro, dirigente municipal do PT em Brasília, naquele Estado, assassinato cometido provavel-

mente a mando dos fazendeiros locais, mas cujas responsabilidades as autoridades ainda não foram capazes de apurar; não obstante, essas mesmas autoridades não hesitam em apontar dirigentes do PT, dirigentes da CONTAG, líderes sindicais rurais e agentes pastoraes da Igreja Católica como "incitadores" de fatos dos quais teria resultado a morte de um administrador de fazendas do Acre.

"Fica, portanto, cada vez mais claro o significado real da "abertura" e do "diálogo" apregoados pelo regime. Toda vez que os trabalhadores tentam organizar-se, em sindicato ou partido político, encontram pela frente os atentados da direita e a repressão dos patrões e do regime. As greves são dissolvidas pela polícia e declaradas ilegais, e o Governo interveio nos sindicatos, cassa seus dirigentes e os enquadra na LSN. As personalidades e entidades que se pronunciam a favor dos trabalhadores são ameaçadas, e, muitas vezes, vitimadas por agressões e atentados, por tiros e bombas, cuja autoria o Governo jamais descobre. Os assassinos dos operários e dos camponeses continuam impunes, mas os protestos dos trabalhadores são objetos de investigações minuciosas e de intimidações repressivas. O Governo, que não conseguiu impedir o surgimento e o crescimento do Partido dos Trabalhadores com a sua facciosa lei de reforma partidária, tenta fazê-lo agora com a sua opressiva Lei de Segurança Nacional.

"Mas os trabalhadores saberão dar a sua resposta a todas essas manobras: continuarão cada vez mais firmes no seu propósito de se organizarem livremente nos seus sindicatos e nas suas associações e, igualmente, de construir e registrarem legalmente o Partido dos Trabalhadores, para terem vez e voz na política do País."

PT já está pronto em 15 Estados

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, reuniu-se no dia 29 de setembro, na sala da Liderança do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e definiu como 13 de outubro a data em que deverá dar entrada, no Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, o pedido de registro provisório do Partido.

Na mesma ocasião, a CEN aprovou - com dados fornecidos pela Comissão de Registro - o mapeamento dos Estados cuja documentação deverá ser entregue junto com o pedido. De acordo com esse mapeamento, em 15 Estados o Partido dos Trabalhadores deverá estar, até a data de 13 de outubro, com suas Comissões Regionais e Municipais instaladas, de acordo com as exigências da Lei Orgânica dos partidos Políticos (um mínimo de 9 Estados e de 20 por cento dos Municípios de cada um desses Estados).

OS QUINZE PRIMEIROS

É a seguinte a relação dos Estados que constam do mapeamento aprovado, e que são os primeiros Estados em que o PT pode constituir-se legalmente:

Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo.

Solidariedade à greve no canavia!l

No dia 27 de setembro, o PT lançou duas notas oficiais: uma, em solidariedade aos trabalhadores rurais de Pernambuco, em greve; e outra, de repúdio ao atentado de Teófilo Otoni; o texto das notas é o seguinte:

"Apoio aos Grevistas de Pernambuco:

O Partido dos Trabalhadores vem manifestar a sua solidariedade aos trabalhadores rurais dos canaviais de São Lourenço e Paudalho, na Zona da Mata Norte, em Pernambuco, em luta por melhores salários, pela aplicação da lei do sítio (que reserva dois hectares a cada trabalhador para plantio), pela extensão do auxílio-doença e pela regulamentação da tabela de serviços. O PT entende que, se esses trabalhadores entrarem em greve, é porque a isso foram obrigados, tanto pelas míseras condições de vida a que estão submetidos, quanto pela intransigência patronal. Eles ganham, em média Cr\$ 3.600,00 mensais, e estão pleiteando um salário de Cr\$ 6.800,00, o que dá bem a medida da sobrehumana exploração que lhes é imposta pelos seus patrões. Por isso mesmo, o PT também repudia a repressão governamental que já os atingiu, quando policiais agrediram 120 trabalhadores, prenderam 4 e feriram dezenas. O PT recomenda aos seus militantes de todos os Estados que organizem efetivas medidas de solidariedade aos companheiros grevistas de Pernambuco. São Paulo, 27 de setembro de 1980. Luiz Inácio da Silva, Presidente nacional do Partido dos Trabalhadores".

"Repúdio a Atentados: O Partido dos Trabalhadores vem repudiar o atentado que feriu, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, o padre Antonio Mamede Fernandes e o líder popular Lourival Gonçalves dos Santos, que se notabilizaram pelas suas lutas em favor dos favelados dessa região. Mais uma vez, o PT vem a público para exigir que sejam apuradas as responsabilidades por mais essa agressão contra os interesses dos trabalhadores. São Paulo, 27 de setembro de 1980. Luiz Inácio da Silva, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores."